



MESA-REDONDA 1: FLORESTAS, CULTURAS E SUSTENTABILIDADE

Florestas, culturas e sustentabilidade e a Pngati

E. João Paulo de Araujo Severo^{1,2}

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto n.º 7.747/2012, é um marco na interseção entre conservação florestal, valorização cultural e sustentabilidade no Brasil. Seu objetivo central é “garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, assegurando a integridade do patrimônio cultural, a melhoria da qualidade de vida e as condições de autonomia e sustentabilidade dos povos indígenas”. Para a PNGATI, a floresta não é apenas um estoque de carbono ou um conjunto de recursos a serem manejados; é território de vida, base de identidades coletivas, memória, espiritualidade e cosmologias específicas. Os modos de vida indígenas constituem sistemas de manejo sofisticados que integram cultivos, caça, pesca, coleta e uso cerimonial de plantas. Esses sistemas resultam em mosaicos de paisagens que ampliam a heterogeneidade ambiental e a riqueza de espécies. A PNGATI reconhece essa dimensão ao enfatizar planos de gestão territorial e ambiental (PGTAs) construídos pelas próprias comunidades. A sustentabilidade, no contexto da PNGATI, é entendida de forma plural. No nível local, se associa ao bem-viver (ou “nhandereko”, “tekohá”, “sumak kawsay” em diferentes línguas), pautado pela suficiência, reciprocidade e equilíbrio entre sociedade e natureza. A PNGATI busca articular esses níveis criando instrumentos de fomento (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf-Indígena; pagamento por serviços ambientais), capacitação técnica diferenciada e mecanismos de monitoramento territorial participativo. Além disso, dialoga com iniciativas internacionais—REDD+ e a Convenção sobre Diversidade Biológica—reforçando a centralidade dos povos indígenas no enfrentamento da crise socioambiental. Apesar dos avanços normativos, a PNGATI enfrenta obstáculos significativos: i) Pressões externas – Mineração ilegal, grilagem, expansão agropecuária e obras de infraestrutura ameaçam a integridade territorial. A presença estatal para fiscalização ainda é insuficiente em muitas regiões; ii) Orçamento e governança – A execução da PNGATI depende de recursos interministeriais e da participação ativa de órgãos como Funai, Ibama e ICMBio. Contingenciamentos orçamentários e mudanças políticas comprometem a continuidade de ações; iii) Segurança jurídica – O reconhecimento de novos territórios, a conclusão de demarcações e a proteção de áreas já homologadas sofrem retrocessos legislativos e judiciais, gerando insegurança para as comunidades; iv) Fortalecimento cultural – A transmissão de saberes enfrenta pressões de escolarização convencional, migração e perda de línguas. Programas de educação intercultural e documentação linguística são cruciais para assegurar a continuidade dos conhecimentos de manejo. Para que florestas, culturas e sustentabilidade avancem de forma integrada, algumas recomendações se destacam: a) Co-gestão adaptativa: consolidar arranjos de governança que incluam conselhos indígenas, associações de base, órgãos ambientais e instituições de pesquisa, adotando protocolos de consulta (Convenção 19 da OIT) e indicadores definidos pelas comunidades; b) Economias da sociobiodiversidade: ampliar créditos diferenciados, certificações participativas e

¹ Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI

² E-mail para contato: joao.severo@funai.gov.br

logística para escoamento, assegurando que o valor agregado permaneça com os povos indígenas; c) Monitoramento comunitário: investir em formação de “agentes ambientais indígenas” com uso de ferramentas de sensoriamento remoto e aplicativos offline, gerando dados estratégicos para ações de vigilância e denúncia; d) Educação intercultural: fortalecer escolas indígenas bilíngues, currículos contextualizados e bolsas de pesquisa para jovens realizarem inventários culturais e ambientais de seus territórios; e) Alianças para a incidência: articular redes entre povos indígenas, ONGs, universidades e órgãos de controle para pressionar por políticas públicas, responsabilizar infratores e defender direitos em tribunais nacionais e internacionais. A PNGATI coloca em evidência que a conservação das florestas brasileiras é inseparável da proteção dos territórios e culturas indígenas. Ao reconhecer os povos indígenas como protagonistas na gestão ambiental, a política aponta para um modelo de sustentabilidade que combina proteção da biodiversidade, mitigação da mudança climática e fortalecimento de identidades culturais. Contudo, sua efetividade depende de vontade política, recursos estáveis e respeito aos processos de autodeterminação. Valorizar a inteligência ecológica indígena não é apenas uma questão de justiça histórica; é condição necessária para garantir um futuro viável às florestas e à sociedade brasileira como um todo.

Palavras-chave: PNGATI, Sustentabilidade, PGTAs